

Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista*

A noble, difficult and useful task: the historian's *ethos* in the 19th century

Rodrigo Turin

Doutorando em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

rodrigoturin@gmail.com

Av. Senador Casimiro da Rocha, 1161/5 - Mirandópolis

São Paulo -SP

04047-003

Resumo

O artigo analisa a formação do *ethos* que modelou o trabalho de escrita do historiador oitocentista a partir de três *topoi* que se tornaram recorrentes nos textos historiográficos do século XIX: a sinceridade, a cientificidade e a utilidade. Estes elementos fizeram parte da formalização da prática historiográfica, indo ao encontro do tipo de relação estabelecida entre o historiador, a história e o projeto de nação que se procurava instaurar. Após um breve retorno à tradição historiográfica imperial, tomando como exemplos von Martius e Varnhagen, procuro delimitar algumas continuidades e rupturas no modelo de enunciação histórica de Sílvio Romero.

12

Palavras-chave

Historiografia; Nação; Sílvio Romero.

Abstract

This article analyses the origin of the historian's *ethos* from the 19th century based on three *topoi* recurrent on the historical writings: sincerity, scientificity, and utility. These elements shaped the historiography practice as they were associated to the kind of connection between the historian, the history itself and the national project to be implemented. In this text I delimitate some continuities as well as ruptures in the model of historical statement of Sílvio Romero, after a brief review of the imperial historiography tradition, i.e. *von Martius* and *Varnhagen*.

Keyword

Historiography; Nation; Sílvio Romero.

Enviado em: 23/10/2008

Autor convidado

* Este artigo é uma parte modificada de minha dissertação de mestrado, intitulada **Narrar o passado, projetar o futuro**: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Ela contou com o apoio financeiro da CAPES.

A **História da Literatura Brasileira**, de Sílvio Romero, publicada originalmente em 1888, traz em seu prólogo uma apresentação da formação pessoal do autor, assim como um diagnóstico do momento da realidade nacional às vésperas da República. O entrelaçamento dessas duas esferas, a individual e a nacional, serve de justificativa para a obra publicada, procurando orientar o olhar do leitor pelas páginas que se seguem. Romero volta-se, num exercício retrospectivo, para sua trajetória como homem de letras, correlacionando as expectativas que o guiaram profissionalmente com as vicissitudes da nação. Nesse exercício de ordenar o caminho traçado, dando-lhe um sentido, o autor destaca o caráter de injúria e injustiça que sempre pesou sobre sua pessoa: "Este livro", diz ele, abrindo o prólogo, "é um livro de amor, feito por um homem que sente há perto de vinte anos sobre o coração o peso do ódio que lhe tem sido votado em sua pátria..." (ROMERO 1980, p.33). A experiência pessoal é a fonte de sua empreitada, e tal condição é explicitada desde o primeiro momento das considerações que antecedem a narrativa propriamente dita. Ele procura ligar cada momento de sua experiência pessoal com um modo específico de encarar o país. São três as fases que ele relembra:

Com relação à sua querida pátria, o autor tem passado por três fases diversas: a primeira foi a do *otimismo* da infância e da primeira juventude, idade em que toda a gente lê nos livros das classes a famosa descrição do Brasil em Rocha Pita e acredita em tudo aquilo como numa dogmática infalível; a segunda foi a do *pessimismo* radical e intratável a que deu curso em seus primeiros livros; a terceira é a atual, a da *crítica imparcial*, equidistante da paixão pessimista e da paixão otimista, que nos têm feito andar às tontas (ROMERO 1980, p.34).

13

Otimismo, pessimismo e imparcialidade marcam um processo de formação pessoal. Calcado no presente, o autor, sempre "em relação à sua querida pátria", ordena etapas sucessivas, evolutivas, de sua formação, onde a imparcialidade representa a maturidade intelectual. Nesse processo, rupturas e continuidades estão presentes. Se as mudanças de perspectivas deram-se de forma gradual, do otimismo das leituras de Rocha Pitta à imparcialidade da crítica, o método, contudo, foi sempre o mesmo: "Sua base filosófica, histórica, etnográfica, estética e crítica é sempre idêntica" (ROMERO 1980, p.35). Desse modo, sua obra estaria livre da contradição, esse fantasma que compromete a eficácia do produto intelectual, apresentando, antes, um aperfeiçoamento (evolução) que lhe garante tanto um procedimento de autocrítica, quanto um olhar mais preparado na compreensão da formação histórica brasileira. Encarando-se de maneira homóloga à nação, Romero procede pela construção paralela da individualidade de ambos, onde a coerência exerce um papel crucial. Do otimismo do romantismo indianista à imparcialidade da crítica naturalista, sua trajetória individual torna-se duplo da própria história intelectual recente da nação. Daí, para usar a expressão de Bourdieu, essa "ilusão biográfica" dupla: da pessoa e a da nação, sendo construídas simultaneamente pela confecção do texto (Cf. BOURDIEU 1996).

Uma escrita afetiva

Essa ligação estabelecida no texto entre o historiador e a nação era uma prática corrente na historiografia brasileira do século XIX, formalizando-se no período imperial e sendo remodelada, já no período republicano, em um outro modo de escrita. Geralmente nos prefácios, o vínculo pessoal/nacional vinha inscrito sempre no intuito de justificar a obra que se apresentava. Ressaltando a sinceridade, a dificuldade e a utilidade do empreendimento, o autor procurava capitalizar a inserção de sua obra no espaço letrado. Seja adiantando-se a possíveis críticas, explicitando seu procedimento, resgatando sua trajetória ou ressaltando os possíveis usos futuros de seu trabalho, procurava-se qualificar a missão que constituía o ato da escrita. Ato essencialmente político, a escrita da história nacional reclamava por parte de seu autor a reflexão sobre esse vínculo visceral.¹ Pode-se mesmo dizer que a própria possibilidade de se escrever a história da nação passava pelo estabelecimento prévio de uma relação entre a pessoa que escreve, o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende. De qualquer forma, escrever a genealogia nacional implicava uma tomada pública de posição que caracterizasse o par autor-nação.

Analisarei a formação da ética que modelou o trabalho do historiador oitocentista mediante três *topoi* que se tornam recorrentes nos textos historiográficos do século XIX e que indicam os contornos que qualificam a restrição do sujeito enunciante: a sinceridade, a cientificidade e a instrumentalidade. Estes elementos fazem parte da formalização da prática historiográfica, indo ao encontro do tipo de relação estabelecida entre o historiador, a história e o projeto de nação que se procurava instaurar. Três requisitos básicos dão forma ao ritual da escrita: o sentimento pátrio, o domínio técnico-científico e a pertinência do produto em relação ao seu uso. Por estes requisitos necessários ao historiador, pode-se, ainda, flagrar outras figuras das quais ele se torna duplo: o vate, o naturalista-viajante e o publicista-estrategista. Após um breve retorno à tradição historiográfica imperial, tomando como exemplos von Martius e Varnhagen, tentarei delimitar algumas continuidades e rupturas no modo de enunciação histórica de Sílvio Romero.

A constituição da história como disciplina esteve estritamente vinculada à formação dos Estados-nação modernos (Cf. FURET 1982). No Brasil, essa relação assumiu desde cedo um caráter acentuado, pois coube à instituição monárquica recém instaurada construir e legitimar o espaço do discurso histórico

¹ Entendo aqui por ato político a experiência social da escrita, englobando suas diversas esferas de realização e circulação. Tome-se, nesse sentido, a definição de Jaques Rancière: "O conceito de escrita é político porque é o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e a uma disjunção essenciais. Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação de mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que o anima e com outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a sua própria alma" (RANCIÈRE 1995, p. 7).

nacional (Cf. GUIMARÃES 1995). Se, do outro lado do Atlântico, a disposição dos espaços conquistados pela História centrava-se cada vez mais nas universidades, onde prevalecia o trânsito de “profissionais”, ou seja, de agentes que detinham um mérito técnico; no Brasil, por sua vez, sendo o espaço destinado à prática historiográfica as Academias, o que regia o preenchimento dos cargos pautava-se quase que exclusivamente pelas relações sociais estabelecidas (Cf. GUIMARÃES 1989). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha, pois, como foco de orientação de seus integrantes a organização de uma história nacional centrada na unidade territorial e política. Delegava-se ao historiador “como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX” (GUIMARÃES 1989, p. 6). Sob os auspícios do imperador, a tarefa da escrita da história era encarada como uma *tarefa* oficial, e a obra realizada um *bem* nacional.

Exemplo dessa delegação oficial de atributo, de ritualização da produção do saber, é o discurso pronunciado pelo imperador, patrono do IHGB, em 15 de dezembro de 1849, por ocasião da inauguração das novas instalações do Instituto. Abrindo um período novo da instituição, onde lhe delegava papel de destaque nas preocupações estatais, Dom Pedro II reforça o tom programático que já vinha sendo delineado desde sua fundação, como o comprovam também os discursos de Januário da Cunha Barbosa e de Raimundo da Cunha Matos (cf. RIHGB 1839; cf. RIHGB 1863). Agora, mais do que nunca, a escrita da história nacional era a escrita de um projeto imperial em vias de efetivação.

Como disse o governante em seu discurso:

Sem dúvida, Senhores, que a vossa publicação trimestral tem *prestado valiosos serviços*, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só *reunais os trabalhos das gerações passadas*, ao que tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, *torneis aquela a que pertença digna realmente de elogios da posteridade*: não dividi pois as vossas forças, o amor da ciência é exclusivo, e concorrendo todos unidos para *tão nobre, útil, e já difícil empresa*, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria (RIHGB 1849, vol. 12, p. 551. Grifos meus).

É em nome da nação e pela nação que os letrados a quem se dirige o imperador atuam. O resgate das “gerações passadas”, assim como o projeto sugerido de uma “história do tempo presente” (cf. CEZAR 2004), é considerado um “dever” a ser cumprido. A escrita da história encerra-se, pois, em um espaço delimitado, tornando-se uma escrita oficial, posto que oficializada pelo imperador. Tanto a prática quanto o produto inscreviam-se em um circuito bem definido, tornando-se o historiador um dos braços mais importantes do Estado na confecção de uma identidade coletiva e na reflexão acerca de modelos de ação para o governo. A pesquisa histórica, assim, mostrava-se como uma matriz científica da construção de estratégias e táticas da arte de governar, configurando

sentidos que dessem forma ao objeto e orientassem a ação estatal sobre o mesmo. Mais do que isso, cabia ainda a esses letrados, pelo estudo da história pátria, cantar, tal como um aedo moderno, as glórias do Brasil à posteridade. Ao historiador, caberia também distribuir a glória e ordenar a memória da sociedade (HARTOG 2000, p.9).

Pela fala do imperador, ainda, pode-se perceber alguns indícios da forma como se configura essa relação entre autor e nação. Conclama ele aos associados que, “concorrendo todos unidos para tão *nobre, útil, e já difícil empresa*, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria”. O trabalho de se escrever a história nacional, esse dever pátrio, pode ser então analisado mediante os três *topoi* mencionados, que se tornam recorrentes nos prefácios dos autores do século XIX: *a sinceridade, a cientificidade e a utilidade do empreendimento*. Nobre, difícil e útil empresa. Seu autor, desse modo, ao encarar a tarefa, está sendo investido de uma ação glorificada, posto que árdua e benemérita. Deve-se ter, *a priori*, uma relação afetiva e sincera com a nação e com sua história. Necessário, também, rigor, abnegação e critérios na realização da pesquisa. Somando-se a esses requisitos, deve o historiador sempre ser pragmático, não esquecendo que sua obra é um meio de orientar e efetivar ações.

A sinceridade da escrita: agradar não menos ao coração do que à inteligência

16

Karl Friederich von Martius, em sua dissertação acerca do modo como deveria ser escrita a história do Brasil, já ressaltava o furor patriótico necessário ao autor de tal história: “Nunca se esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para *prestar um verdadeiro serviço à sua pátria* deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra” (MARTIUS 1844, p. 401. Grifos meus). Martius resalta a importância do engajamento do historiador e sua sinceridade em relação ao fim para o qual escreve. Uma obra histórica sobre o Brasil deveria, segundo ele, “ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas” (MARTIUS 1844, p. 401). Para despertar todos esses sentimentos, o historiador precisaria ter consciência de que seu instrumento é, por excelência, a escrita, e, desse modo, deveria prezar pela boa forma de sua narrativa, não a tornando monótona nem excessiva. Daí a necessidade de uma criteriosa seleção e de uma ordenação talentosa, poética, dos fatos a serem narrados.

Martius, consciente do papel que a prática historiográfica vinha assumir em uma nação em construção, privilegia em sua proposta a *dimensão poética* da escrita da história. O historiador, mais que um erudito, apresenta-se como um poeta, como aquele a quem cabe cantar e ordenar a memória da coletividade nacional. Contudo, o naturalista bávaro não deixa de sugerir também que o historiador se atenha a procedimentos técnicos na confecção de sua obra, os

quais explicita em seu texto premiado. Uma história do Brasil deveria, pois, segundo o naturalista, seguir uma fórmula clara e que se mostrava imperativa ao historiador nacional: "satisfazer não menos ao coração do que à inteligência". Como afirma Temístocles Cezar, em relação à proposta de Martius, a "última figura do historiador não é aquela do funcionário nem aquela do escritor popular, mas do poeta engajado: aquele que escreve de forma madura, porém sob a égide de 'todo seu amor, todo o seu zelo patriótico, e aquele fogo poético próprio à juventude'" (CEZAR 2003, p. 207).

Somando-se a essa sinceridade afetiva que qualifica o pacto com o leitor, ressalta-se também a dificuldade que implica produzir a obra. A escrita de uma história científica é um exercício árduo, de "abnegação". Não é qualquer um que detém as capacidades necessárias para a realização de tal tarefa. O historiador, para cumprir sua missão, deve sacrificar a si próprio, vertendo todas as suas forças no imenso trabalho de coleta, crítica e exposição dos documentos em uma narrativa apropriada. A função do historiador exige, como sinal de verdadeira vocação, o necessário esquecimento de si. Francisco Adolfo de Varnhagen, em seu prefácio à **História Geral do Brasil**, procura deixar isso claro para o leitor, agregando valor ao empreendimento:

Seja, porém, como for: saiba-se que desde que nos propusemos a consagrar ao Brasil as nossas vigílias, para, no esclarecido reinado de Pedro II, e mediante o seu alto e valioso apoio, escrever, com certa unidade de forma e com a dos princípios que professamos, uma conscienciosa história geral da civilização de nosso país, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de séculos de independência chegaram a possuir, ou não possuem ainda, *fizemos abnegação de tudo*: e por tanto arrostamos com os prováveis desassossegos e injustiças futuras, -- se é que não já presentes (VARNHAGEN s/d, p. XVIII).

17

Varnhagen trabalha muito bem com os três requisitos básicos do historiador. Sua obra, antes de tudo, é dedicada ao imperador, é escrita em nome dele. É uma verdadeira prestação de serviço o que ele tece em seu prefácio, caracterizando, também para a prática historiográfica, um forte processo de centralização que já ocorria nas esferas administrativa e política. Como o definiu Ilmar Mattos, Varnhagen foi o historiador do Tempo Saquarema (MATTOS 2004, p. 298). Seu nacionalismo, no entanto, vem fortificado pelo método histórico que defende; afinal, os fatos que vão ali narrados foram coligidos pelo próprio historiador nas fontes mais puras - *in locu*, tal como os viajantes-naturalistas que percorriam o Brasil coletando e classificando essa natureza desconhecida e enigmática.

Ao historiador poeta, então, inspirado a cantar a musa nacional, vem juntar-se (ou sobrepor-se) a figura do historiador-cientista, que privilegia a crítica erudita dos documentos e o compromisso com a verdade dos fatos narrados. A escrita apresenta-se, assim, como uma "tarefa heróica", ou mesmo sacerdotal, porém científica.² Mas esse caráter científico, privilegiado por Varnhagen, ao

contrário de chocar-se com a afetividade implicada no furor patriótico, mostra-se antes um meio de reforçar o produto. O método histórico é o corte que garante a suspensão do sujeito (o esquecimento de si) e a *neutralidade* do enunciado, traços essenciais de uma história que se denominava científica. O pacto implícito de sinceridade afetiva que acompanha a obra não compromete, pelo menos *a priori*, a legitimidade do enunciado histórico como *verdade*.

Em seu prefácio à **História da Independência do Brasil**, nos adverte o mesmo autor:

O historiógrafo não pode adivinhar a existência de documentos que não são do domínio do público e não encontra, e cumpre com o seu dever quando, com critério e boa fé e imparcialidade, dá, como em um jurado, mui conscienciosamente o seu veredito, cotejando os documentos e as informações orais apuradas com o maior escrúpulo que, à custa do seu ardor em investigar a verdade, conseguiu juntar.

Não desconhecemos que o simples título dessa obra revela tão grande responsabilidade, não só para com o Brasil como para com Portugal, e que, escrita com amor à verdade que nela nos guiou, *acima de todas as considerações humanas*, como deve ser escrita toda história que aspira passar à posteridade, não será provavelmente agora tão bem recebida, como o seria uma espécie de novo memorando justificando só os direitos de uma das partes contendoras (VARNHAGEN 1973, pp. 27-28).

Varnhagen adianta-se a possíveis críticas que sua obra poderia suscitar, já que tratava de um tema recente e, portanto, bastante vivo na memória de seus contemporâneos. Diante de “tão grande responsabilidade”, ele explicita ao leitor ter cumprido seu dever como “historiógrafo”, tendo critério, boa fé e imparcialidade na busca e no cotejo dos documentos. Esse “amor à verdade”, que já Mabillon colocava como o primeiro princípio ético na investigação histórica (Cf. MABILLON 1990), garantiria, pelo método, a imparcialidade de seu “veredito”, colocando-o “acima de todas as considerações humanas” e possibilitando que sua obra passasse à posteridade. Contudo, diferentemente de Mabillon, esse “amor à verdade” deve manter-se em perfeito equilíbrio com o “amor à pátria”. O rigor da investigação, legado pela tradição antiquária, funde-se aqui com as funções pragmáticas da retórica e estético-afetivas da poesia, constituindo a figura autoral do historiador oitocentista. A suspensão de si, possibilitada pelo método, é o que garante, paradoxalmente, que a escrita da história se torne verdadeiramente patriótica.

A sinceridade e a cientificidade necessárias à escrita da história nacional garante, por sua vez, a *utilidade* da empreitada. A escrita da história tinha um

² Cezar atenta para o caráter sacerdotal de tal escrita: “L'historien n'est pas simplement celui qui juge et dit la vérité. Il est celui qui remplit son rôle comme prêtre. Ce côté religieux et mystique n'a rien à voir avec le christianisme des membres de l'IHGB. Il est une des composantes, peut être une des plus importantes, de cette image idéale de l'historien que Januário da C. Barbosa cherche à dessiner. Effectivement, faire l'histoire de la nation deviendra une mission sacerdotale”. (CEZAR 2002, p. 232). Tradução: “O historiador não é simplesmente aquele que julga e diz a verdade. Ele é aquele que cumpre seu papel como um sacerdote. Este lado religioso e místico não tem nada a ver com o cristianismo dos membros do IHGB. Ele é um dos componentes, talvez um dos mais importantes, desta imagem ideal do historiador que Januário da Cunha Barbosa procura desenhar. Efetivamente, fazer a história da nação se tornaria uma missão sacerdotal.”

forte caráter pedagógico. “A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente”, diz Martius, resgatando o antigo *topos* ciceroniano da *historia magistra vitae* (MARTIUS 1844, 401). Ela é um saber que incita o sentimento de nacionalismo, instruindo ao mesmo tempo acerca das ações que os governantes devem realizar. Disso, resulta a necessidade de o historiador nunca perder de vista a dimensão pragmática de sua narrativa. Nesse sentido, vale destacar a feliz colocação de Luiz Felipe de Alencastro de que esses autores de um primeiro romantismo brasileiro, como Gonçalves Dias, Araújo Porto-Alegre e mesmo Varnhagen, estariam “mais próximos dos publicistas – dos escritores políticos franceses do século XVIII, pensadores da nação pós-aristocrática, e dos autores russos do século XIX, acesos pelo estranhamento que a *Aufklärung* difundia nas sociedades não-ocidentais – do que dos poetas de sua época (...)” (ALENCASTRO 1989, p. 9). Varnhagen, tal como Martius, enfatiza esse papel utilitário do conhecimento histórico, mostrando o quanto profícua pode vir a ser sua obra para os interesses da governabilidade. Ainda em seu prefácio à **História Geral**, ele saúda o imperador pelo fato de ter reconhecido e sancionado

a importância do estudo da História da Nação, tanto para contribuir ao maior esplendor dela entre os estranhos, como para ministrar dados aproveitáveis na administração do Estado, e também para fortalecer os vínculos da unidade nacional, e aviventar e exaltar o patriotismo, e enobrecer o espírito público aumentando a fé no futuro e na glória das letras (VARNHAGEN s/d, p. V).

19

As utilidades da história são muitas, desde incitar o sentimento de nacionalismo até a instrumentalização da arte de governar. Se, de um lado, a história nos fornece uma ligação afetiva com um passado que nos formou, de outro, ela não deixa de oferecer, a quem quiser usá-la, preciosas indicações de como agir na realização daquilo que o próprio processo histórico já prometia. Encontramos aqui algo próximo à pergunta kantiana sobre a possibilidade de uma história *a priori*, onde quem a faz é o mesmo que a enuncia (cf. KOSELLECK 2006). Ou, dito em outros termos, percebe-se nessa experiência historiográfica o fenômeno descrito por Bourdieu como “efeito de teoria”(cf. BOURDIEU, 1998).

Tendo selecionado apenas os textos de Martius e de Varnhagen para tornar mais sucinta a argumentação, convém acrescentar que esses tópicos se estendem pelos mais diversos autores, como Januário da Cunha Barbosa, Raimundo da Cunha Mattos, Pereira da Silva, Tristão de Alencar e toda uma geração de letrados que atuou sob os auspícios do IHGB durante o Segundo Reinado. São expressões de uma historiografia que se constituiu fortemente centrada na figura imperial. O projeto centralizador executado pelo Estado imperial teve como seu correlato a centralização da prática historiográfica. Nesse espaço discursivo, consideravelmente restrito, a história como disciplina e o historiador, como seu autor, foram configurados em torno de três instâncias principais: *a escrita afetiva, a cientificidade e a governabilidade*. Para dar inteligibilidade a

essas três instâncias, os contornos poderiam ser desenhados em referência a três outras figuras de tradições distintas: do *poeta*, do *naturalista-viajante* e do *publicista-estrategista*. As funções da afetividade poética, da verdade científica e da instrumentalização da arte de governar condensaram-se em uma relação escriturária com o passado.

A partir de meados da década de 1870, uma mudança de tom começa a ser operada na prática historiográfica. Uma nova geração, marcada profundamente por uma situação de marginalização política, insere-se no debate historiográfico, reivindicando uma nova visão do passado (cf. ALLONSO 2002). Tal mudança, parece-me, vai se manifestar tanto nas características formais que compunham a enunciação histórica (marcada pelos três *topoi* a que me referi), como na tematização e na organização da narrativa historiográfica. Assim, de um lado, vemos a busca de uma maior autonomia do historiador enquanto produtor de conhecimento, e, de outro, uma reconfiguração da trama histórica herdada pela tradição imperial.

Tal reconfiguração, inserida em um processo de *reescrita da história*, tem como aspecto marcante a seleção do *povo* ao mesmo tempo como *objeto* e *instância legitimadora* da enunciação historiográfica. Por motivos políticos e epistemológicos, a população, entendida agora não mais apenas como as três ordens da sociedade imperial, mas, principalmente, como um corpo homogêneo cuja unidade deveria ser buscada em sua formação histórica, torna-se objeto de um imenso investimento discursivo. Uma nova semântica política, pautada na imanência do poder e na representação social, implicava uma nova forma de saber. A noção de representação social, que orientava as expectativas para a implantação de um regime republicano, era inseparável também, como mostra Palti, de um saber, de uma ciência do social (PALTÍ 2007, p. 223).

Para Sívio Romero, particularmente, esse deslocamento de olhar vai exercer um papel fundamental. Toda sua obra é um esforço de configurar um novo campo de visão, constituído justamente por uma população nacional representada no *mestiço*. É por esse caminho que ele vai construir sua proposta de identidade narrativa para a nação brasileira e, no mesmo movimento, reclamar um outro modelo de legitimidade intelectual.

Voltemos ao prefácio da **História da Literatura Brasileira**. Pode-se perceber, nesta obra, alguns traços que configuram a inserção de Romero nesse espaço em constituição, no qual o ato de escrita da história viria a ser remodelado em relação à tradição imperial. Toda a ritualística que envolvia a produção historiográfica na época imperial, delimitando os contornos do perfil do historiador nacional e tendo por requisitos a afetividade patriótica, a cientificidade e a orientação pragmática, vão assumir, principalmente a partir das décadas de 1870 e 1880, uma sensível mudança. Não há aí nenhuma ruptura, é certo, mas antes uma reforma, remodelando a figura autoral do historiador. O que acontece, em

suma, no que se refere às exigências do rito, é um deslocamento parcial. A narrativa histórica não vai mais escrita em nome da instituição imperial e do imperador, dirigindo-se agora a uma entidade mais abstrata: o povo. Como diria Jacques Rancière, Romero “coloca no lugar, ao mesmo tempo, o sujeito da democracia e o objeto da ciência” (RANCIÈRE 1994, p. 39). É esta operação que vem marcar a especificidade da prática historiográfica de Sílvio Romero, concretizando-se em sua narrativa e na reordenação de uma temporalidade nacional, agora republicana. Como foi visto, Romero resgata sua trajetória de forma coerente e linear. Tal trajetória encerra-se no momento em que esse “eu” narrativo enuncia-se como autor da obra que apresenta ao público. “O livro que se vai ler”, diz ele, “é a expressão natural e apropriada desta última fase, que parece ser a da madureza de todo espírito que *sinceramente quiser prestar serviços a este país*” (ROMERO 1980, p. 34. Grifos meus). Resgatando sua trajetória, Romero vem justificar sua obra, antecipar o lucro e formalizar o contrato, empregando como estratégia retórica os três *topoi* a que me referi acima: sinceridade, cientificidade e utilidade.

A *sinceridade* da qual o livro é fruto é expressa logo na primeira frase do prefácio, ressaltando para o leitor, o qual já compartilha as regras do contrato, o que impulsionou sua escrita: “Este livro é um livro de amor”, diz Romero (ROMERO 1980 p. 33). Um livro de amor; primeiro requisito para a escrita da história: a ligação afetiva entre autor e nação. Essa tradição de uma escrita afetiva-nacional consolidara-se, como foi visto, desde a instauração do IHGB como local centralizador da produção historiográfica. Dentro dessa instituição ou ao redor dela o que se praticava era uma escrita monárquica, oficializada, ainda que internamente diversificada. Já não é o caso aqui.

O que Romero vem apresentar no prefácio para seu leitor é uma ligação afetiva que se caracteriza pela sua *autonomia* em relação a um poder instituído. Já *não é mais* a monarquia e *ainda não é* a República. Nesse intervalo o que se procura é desvincilhar-se de uma e instaurar a outra. Nesse intervalo o que Romero pretende como *auctor*, desse modo como alguém autorizado a falar sobre, é apresentar e defender projetos aptos a se efetivarem em ação: “Lutemos pela república que funde a liberdade e o desenvolvimento cultural da nação” (ROMERO 1980, p. 42).

“Para ele”, diz Antonio Candido, “toda crítica coerente, sendo sociológica, tendia a ser social e acabava normalmente numa política” (CANDIDO 1988, p.118). Toda crítica, todo saber a ser construído, pode-se acrescentar, é, em sua essência, um ato político. Lançar a obra no espaço público, como já foi mencionado, é estabelecer uma relação prévia que caracterize o par autor-nação. Como dirá Romero ao final do prefácio da *História*: “Se me faltou o talento, resta-me, em todo caso, a face moral da empresa; a verdade e o patriotismo foram os meus guias” (ROMERO 1980, p. 48). A face moral dessa ação, a escrita patriótica, garante-lhe já uma legitimidade para a obra. O que é necessário destacar, contudo, é o fato de que a legitimidade dessa “face moral” se dá não pela delegação de outrem, mas pela própria formação individual do

autor e sua inserção em um espaço público. “Sívlio Romero”, como afirma Roberto Ventura, “traz à cena histórica o escritor combatente, em conflito como *o status quo*, que não deveria viver, como muitos românticos, à sombra da Coroa, sob o manto do mecenato” (VENTURA 2001, p. 58). Não mais o escritor monárquico-constitucional de Martius e Varnhagen, mas um escritor que se apresente como e sob uma nova figura que garanta a legitimidade da enunciação. Desse modo, apesar de a relação autor-nação manter-se como um imperativo para a escrita, ela anseia desenhar-se nos parâmetros de uma opinião pública ilustrada. Nesse modelo kantiano,

o sujeito fala (mais precisamente, escreve e publica) como um erudito, um investigador livre, cujo único guia é a luz da razão imparcial e que se dirige à pessoa ideal, a “humanidade”. Dentro dessa esfera, as idéias circulam e são submetidas à crítica, a uma espécie de processo de esquadrinhaamento que remove o joio do erro e no fim nada deixa senão o trigo dourado da verdade (WELLBERY 1998, p. 21).

Esse historiador-cidadão não submete seu juízo a nenhuma outra instância que não a humanidade, ou, no caso de Romero, o povo. O enunciado se quer livre e autônomo. Não há um lugar institucional a que o seu texto se associe. Sua trajetória, assim como relatada, visa a todo momento reafirmar o caráter independente de sua prática e de seus juízos, conquistado graças a uma reação frente às estruturas de ensino do Segundo Reinado: “Pelo que me toca, há sido a minha vida intelectual uma constante e dolorosa luta para arredar da mente o que nela foi depositado pelo ensino secundário e superior que me inocularam, e substituir tão frágeis e comprometedoras noções por dados científicos” (ROMERO 1969, p. 145).

Vê-se, então, que a experiência pessoal e a nacional são configuradas, em última instância, como realizações históricas. Tanto o sujeito Sívlio Romero quanto seu objeto, a nação, assumem uma especificidade própria mediante uma formação temporal, cujo sentido só é passível de inteligibilidade pelo ato reflexivo e classificatório do observador. A biografia coerente de ambos vai sendo confeccionada pelo texto. O sujeito que produz a narrativa, o autor, se constrói em relação a seu objeto: a nação. Esta, por sua vez sujeito do processo que se narra, a formação nacional, qualifica-se mediante o projeto defendido por aquele. A construção identitária do autor e da nação se reinviem, assim, um ao outro: ambos constroem-se pela configuração temporal da narrativa. Estabelece-se aí a necessária relação afetiva entre autor e nação. Mas como manter distintas essas duas instâncias, garantindo legitimidade ao enunciado? Como não comprometer o enunciado histórico, em sua veracidade e necessidade, com os juízos políticos e subjetivos do cidadão-historiador? Questões próprias à experiência historiográfica moderna, já que, como afirma Koselleck, o surgimento do relativismo histórico foi simultâneo ao descobrimento do mundo histórico (cf. KOSELLECK 2006). No caso de Romero, assim como a idéia de “crítica” enraizava-se nessa busca de uma autonomia intelectual,

o investimento no método vinha garantir um espaço de neutralidade e de objetividade, no qual todas as enunciações se equivaleriam e mediante o qual deveriam ser apreciadas.

O método serve aqui como uma instância neutralizadora, a qual permite que o autor proclame seus valores sem que estes, teoricamente, influam nos resultados de seus estudos. O posicionamento, nessa perspectiva, é uma condição do conhecimento histórico, não interferindo, contudo, na validade desse conhecimento. O método que o autor se impõe serve, de um lado, como meio racional de construção de conhecimento, e, de outro lado, como arma de legitimação nos combates letrados (o último método é sempre o que detém mais capital de persuasão).³ Ambas as facetas se reinviam uma à outra, são partes constituintes dessa experiência. A retórica cientificista procura garantir para o enunciado um efeito de verdade; e o faz tanto pela simples explicitação dos critérios “científicos” e pela citação de autores estrangeiros, como pelo modo de “colocar em narrativa” a evolução do processo histórico. Narrando os movimentos profundos da nacionalidade, fazendo ver esse ausente (pois a ciência, como a entende Romero, é a desvelamento do oculto) em sua formação histórica, explicitando as leis que a regem, ele oferece as “palavras exatas” do saber científico. É pelo método que o autor procura garantir a verdade de sua enunciação e que pode nomear-se *histor*: eu digo e baseio o que digo pelo método. Mediante esta retórica, ele pretende antecipar no leitor uma cisão fundamental que garanta a legitimidade do enunciado histórico frente aos juízos políticos, seguindo aquela mesma fórmula pregada por Martius: *agradar não menos ao coração que à inteligência*.

23

Mediante o uso de teorias européias de que fazia uso, Romero procura imprimir um caráter nomológico à sua escrita da história. O que garantiria a cientificidade de seu trabalho, por oposição à tradição imperial, seria a capacidade de generalização. “Um conhecimento que não se generaliza, fica improfícuo e estéril, e, assim, a história pinturesca deve levar à história filosófica e naturalista” (ROMERO 1980, p. 55). A partir de conceitos como os de “raça”, “meio”, “momento” e “evolução”, e munido, principalmente, do critério “popular e étnico”, ele estaria apto a identificar as leis gerais que presidiriam o movimento histórico da nação. Não mais a história anedótica e retórica de um Pereira da Silva e de um Varnhagen, mas a história profunda, “a tradição flutuante e indecisa de nossas origens e ulterior desenvolvimento” (ROMERO 1954, p. 41). O objetivo de sua *História*, como diz, “é encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro” (ROMERO 1980, p. 55). No entanto, como reconhece o autor, um tanto constrangido, essas leis que ele busca encontrar são dadas desde o início de sua narrativa. Afinal, como iniciar uma narrativa da história nacional sem

³ Nesta perspectiva, José Murilo de Carvalho sublinha que este “fenômeno onipresente da citação de autores estrangeiros, e da concomitante importação de idéias, não seja visto apenas como indicador de dependência intelectual, nem como colocação correta ou incorreta de idéias. Sugere-se que uma chave útil de leitura pode ser dada pelo estilo de raciocínio. Dentro da tradição brasileira, o argumento de autoridade era um requisito indispensável, era um recurso de argumentação, uma retórica”. (CARVALHO 2000, p, 143).

tomar *a priori* as leis que a regeriam?

Usando o método como emblema, portanto, Romero procura diferenciar-se no espaço letrado, construindo seu próprio campo de atuação. Daí sua constante preocupação em estabelecer uma genealogia de seu pensamento, situando-o dentro da evolução intelectual da nação. Não é de espantar, assim, que ele se torne objeto de sua própria história. O que ocorre, por exemplo, quando ele tece um resgate do percurso da reflexão literária no século XIX, do romantismo à reação naturalista. Nesta reconstrução, ele insere-se como um precursor do último momento, já tornado, portanto, *histórico*, referindo-se a si mesmo na terceira pessoa: "Depois principiaram a surgir tentativas de reforma. Silvio Romero atacou o velho sistema em repetidos artigos de crítica, apresentando a fórmula de uma poesia nova, inspirada na ciência e na filosofia do dia" (ROMERO 1980 vol. II, p. 786). Desse modo, para além de sujeito do conhecimento - o historiador que narra - ele também se coloca como agente histórico, como fator que engendra o movimento de sucessão contínua e ininterrupta do tempo. "Sílvio Romero atacou", referenciado na terceira pessoa, torna-se fato. Logo, quem *faz* a história, aqui, é o mesmo quem a narra.

Ao nomear o outro, e incluindo a si mesmo no relato histórico, Romero se posiciona, marca seu território. Nomeando, a si próprio e aos outros, ele está também hierarquizando, deslegitimando e legitimando modos de operar no campo intelectual. "Com efeito", como ressalta Hartog, "uma forma de fazer crer na própria narrativa é indicar o que, na narrativa do outro, é 'incrível', 'mentiroso' ou 'mítico'" (HARTOG 1999, p. 302). Romero ataca a autoridade da produção dominante no mercado letrado brasileiro, procurando desfazer o "velho sistema". Denuncia a esterilidade de autores dependentes da vontade de uma elite ignorante e viciada moralmente. O que ele visa (pois sua obra, além de relato histórico, apresenta-se também como agente do mesmo movimento que se narra) é, justamente, desmoralizar a ligação afetiva qualificada pela relação *vertical* historiador-Estado, como representada por autores como Varnhagen e Pereira da Silva. Desmoralização que pode ser evidenciada pela constatação operada pelo autor de que a *mentira* reina no mundo das letras: "a mentira e o jesuitismo prático têm falsificado as consciências nesta época de transações indecorosas e prejudiciais" (ROMERO 1969, p.143). Ele denuncia, por oposição ao novo contrato que visa instaurar, a ausência daquela sinceridade necessária para a validade da produção intelectual no espaço público. Ou, melhor dizendo, substitui a sinceridade afetiva dirigida para e sancionada pelo imperador por uma relação afetiva cujo componente principal encontra-se numa relação orgânica e horizontal entre intelectual e povo.

O autor opera, então, uma mudança de ordem no espaço letrado pela recomposição do contrato de escrita. Passa-se, ainda pelo investimento no método, daquela relação viciosa entre historiador e Estado para uma relação orgânica entre historiador e povo. Romero, como intelectual que reclama a autonomia, só deve satisfações à massa anônima de brasileiros. "Este livro", diz ele, "não quero que seja uma crônica recheada de fastos anedóticos; quero

que seja um protesto, um grito de alarma de *são brasileiro*, um brado de entusiasmo para um futuro melhor. Todo escritor nacional na hora presente está carregado do imperioso dever de dizer toda a verdade a nosso povo, ainda que pelo rigor tenha de desagradar geralmente” (ROMERO 1980, p. 142).

De volta ao prólogo da **História**, vejamos como ele encaminha a inserção de sua obra no debate público, enfatizando agora sua *utilidade*. Da formação pessoal que abre o texto, onde expressa sua dimensão afetiva, Romero passa, em seguida, para as ponderações sobre o país, enumerando os problemas atuais da história nacional. No “momento atual” - onde o autor se inscreve, *sua instância do discurso* -, os problemas dividem-se pela face política (federalismo, república e organização municipal), pela face econômica (emancipação dos escravos, aproveitamento da força de trabalho, distribuição de terra) e pelo lado social (colonização estrangeira, naturalização, reforma do ensino). Todas essas facetas que configuram as preocupações principais de uma esfera pública em constituição são tomadas como fim último de reflexão: “Todo homem que empunha uma pena no Brasil, deve ter uma vista assentada sobre tais assuntos, se ele não quer faltar aos seus *deveres*, se não quer embair *o povo*” (ROMERO 1980, p. 36. Grifos meus). É ao povo, como entidade histórica maior, encarnação dessa individualidade plural que é a nação, a quem deve se dirigir o historiador.

25

Esse deslocamento, como foi dito, insere-se em um movimento mais amplo no qual uma geração marcada pela marginalização política, alimentando expectativas sintetizadas em noções como “república”, “democracia” e “abolicionismo”, procurava instaurar uma nova ordem. Como bem destacou Ilmar de Mattos, não era apenas “um bando de idéias novas” o que marcou essa experiência de transição: novas atitudes e valores também precisavam se afirmar.

Assim, pouco a pouco, foram sendo erigidos o prestígio militar e a crença inabalável no poder da técnica e da ciência, que tenderiam a se encontrar por meio das representações de fundo positivista que, além de exprimirem o cientificismo que prevalecia nos meios intelectuais, preconizavam uma atitude cívica, intensamente vividas pelos propagandistas republicanos, civis e militares. De outra parte, o “sentimento aristocrático” – identificado por Ferreira Resende como o traço dominante da sociedade imperial em meados do século – parecia ceder lugar a um “sentimento democrático”. Aqueles que o compartiam reivindicavam o federalismo, exigiam o final do trabalho escravo, aborreciam o Império e reclamavam a República. Ou, melhor dizendo, diferentes repúblicas, porque, para os homens de então, a passagem do Império à República poderia seguir por diferentes caminhos (MATTOS 1989, p.165).

A atividade intelectual de Sílvio Romero insere-se, desse modo, em um complexo movimento de mudanças de atitudes e valores, sendo parte ativa desse mesmo movimento. Tanto a crença depositada na ciência, como a dimensão cívica da escrita, são aspectos centrais para compreender a inserção

de sua obra e sua relação com um movimento histórico que procura efetivar. Todo esse saber - na forma de crítica, folclore, poesia, filosofia, etnografia - deve ter uma utilidade, e apenas uma: a consolidação de uma nação republicana, democrática, como um ser histórico efetivo. Saber o que é a nação, delimitando sua população, permite saber o que ela *deve ser*. A ciência social dirige-se para um projeto de *reforma* da sociedade, legitimando, ao mesmo tempo, seus praticantes como "médicos" do social (cf. BLANCKAERT 2005). Passo natural, do diagnóstico à propedêutica: "A *aplicação* ao Brasil é a preocupação constante; as considerações etnográficas, a teoria do mestiçamento, já físico, já moral, servem de esteios gerais; o evolucionismo filosófico é a base fundamental" (ROMERO 1980, p.48. Grifo meu). Parcialidade e objetividade, conhecimento histórico e prognóstico se entrelaçam nesse projeto historiográfico. Daí a intencionalidade crucial que sustenta o texto: a expectativa de que gere seqüência, que a promessa venha a se efetivar em algo, cumprindo, quem sabe, as aspirações científicas, narrativas e democráticas que o discurso carrega.

Resumindo o que foi visto até aqui, pode-se dizer que Romero insere-se em uma ritualização da prática historiográfica constituída pela tradição imperial. Contudo, sua inserção é acompanhada de uma ressignificação, ou deslocamento. Opera-se aí uma tentativa de autonomizar a escrita histórica, e isso a partir da legitimidade do método e da seleção do povo tanto como objeto principal de estudo como de referência ética do historiador. Esse deslocamento operado por Romero, convém ressaltar, não vai implicar a dissolução daquela tríade que vinha caracterizando a figura do historiador. Não levou, por exemplo, (e esse era apenas um dos caminhos possíveis) à recusa ou mesmo ao apagamento progressivo daquela mesma funcionalidade compartilhada com a memória, o reencontro de si. A verdade proferida pelo historiador, cuja materialização é a narrativa nacional, continuava a ser mediada pelos três *topoi* referidos, a sinceridade, a cientificidade e a utilidade. O historiador inscrito no texto de Romero, apesar de reclamar uma autonomia fundada mais na figura do viajante-naturalista (aquele que observa e compara segundo um método), mantinha seu perfil delineado pelos reflexos parciais, porém fundamentais, do vate e do publicista, conjugando a celebração e a utilidade no ato de enunciar da verdade nacional.

Referências bibliográficas:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Memórias da Balaiada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.23, março de 1989.

ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento**: A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Epílogo do romantismo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 39, n. 1, p. 139-162, 1996.

- BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.1, pp. 10-21, 1839.
- BLANCKAERT, Claude. **La nature de la société: Organicisme et sciences sociales au XIX siècle**. Paris: L'Harmattan, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; FIGUEIREDO, Janaína P. Amado Baptista de. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 21, n.40, p. 59-83, 2001.
- CANDIDO, Antonio. **Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária**. São Paulo: Edusp, 1978.
- _____. **O método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo: Edusp, 1988.
- CANO, Jefferson. **O fardo dos bacharéis: o "orbe literário" e a construção do império brasileiro**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 2001
- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n.1, pp. 123-152, 2000.
- CÉZAR, Temístocles. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle: Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen**. Tomo I. Tese apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2002.
- _____. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Escrita, linguagem, objetos: Leituras de história cultural**. Bauru: Edusc, 2004.
- FURET, François. **L'atelier de l'Histoire**. Paris: Flammarion, 1982.
- GUIMARÃES, Lucia Paschoal. Debaixo da imediata proteção de sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 388, pp. 437-506, 1995.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988,
- HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **L'expérience de l'histoire**. Paris: Galimard, 1997.
- LENCLUD, Gérard. Qu'est-ce que la tradition?. *In*: DETIENNE, Marcel (org). **Transcrire les myologies**. Paris: Albin Michel, 1994.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, n.24, jan. 1844, p.381-403, 1844.

MATOS, Raimundo José da Cunha. "Dissertação acerca do systema de escrever a Historia Antiga e Moderna do Imperio do Brasil", **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.26, p. 121-143, 1863.

MATTOS, Ilmar R. de. **O Tempo Saquarema**: A formação do Estado imperial. São Paulo, Hucitec, 2004.

_____. Do Império à República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. II, n. 4, 1989.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Sílvio Romero**: Dilemas e combates no Brasil da virada do século XIX. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

PALTI, Elias. **El tiempo de la política**: El siglo XXI reconsiderado. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: Um ensaio de poética do saber. São Paulo: Educ/Pontes, 1994.

_____. **Políticas da escrita**: São Paulo: Editora 34, 1995.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 5 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

_____. **Obra filosófica**. São Paulo: José Olympio Editora, 1969.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n.15, pp. 7-23, julho de 2001.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**: Antes de sua separação e independência de Portugal. 3ª. Ed.. São Paulo: Cia. Melhoramentos, s/d.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Sílvio Romero, historiador literário. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.145, abr/jun., p. 57-72, 2001.

WELLBERY, David E. Retoricidade: sobre o retorno modernista da retórica (com Jonh Bender). In _____. **Neo-Retórica e Desconstrução**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1998.